

Em Manguueirinha, união garante vitória

A peleja só acabará quando os índios retornarem definitivamente à área em litígio ou quando tombar o último Kaingang ou Guarani. Isso ficou bem claro durante os quatro dias em que mais de 3.000 indígenas bloquearam a rodovia PR-281, que liga Manguueirinha à BR-373 (Pato Branco-Curitiba), no sudoeste do Paraná, e ocuparam parte de suas terras invadidas pela Slaviero & Filhos S/A. A mobilização começou dia 27 de maio, quando lideranças de oito aldeias do Sul se reuniram para discutir alguns problemas emergentes.

Nessa reunião, os oito caciques presentes resolveram fechar a rodovia para sensibilizar o povo brasileiro e a Justiça, a fim de que alguns impasses crônicos, na região de Manguueirinha, sejam resolvidos. A principal reivindicação: que o Tribunal Federal de Recursos dê uma solução para o processo que se arrasta há mais de vinte anos em torno da área de 8.976 hectares, expropriada dos índios dali (*ver matéria ao lado*). Além disso, reivindicam indenização pelos cortes que a BR-373 e a PR-281 fizeram nas terras; e pelo alagamento de 150 hectares dos Guarani daquela reserva, após a construção da hidrelétrica de Salto Santiago, no rio Iguazu. Outra exigência é a indenização, pela instalação de uma rede de alta tensão, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel).

Dia 4 de junho, às 2 da manhã, começou a operação. Armados de pedaços de pau, facões, flechas e espingardas, os Kaingang e Guarani de Manguueirinha, Palmas, Rio das Cobras, Ocoi, Laranjeiras do Sul e Guarapuava (todas as reservas no Paraná) e também de Xanxerê, em Santa Catarina, e de Nonoai, no Rio Grande do Sul, ocuparam a Gleba B. Até do Mato Grosso do Sul vieram lideranças Guarani. Expulsaram sete famílias que trabalhavam para a Slaviero, ocuparam a área e interditaram a pista. As bandeiras nacional, estadual e da Funai foram hasteadas; tratores, máquinas agrícolas e pedras foram colocadas na estrada. Mais de mil mulheres e crianças, enfrentando o cortante frio do inverno sulista, fizeram uma barreira humana para impedir a repressão de 500 policiais militares que se deslocaram para a região.

Dia 6 de junho, José Carlos Alves, ex-delegado regional da Funai no Paraná, que hoje está à frente da Diretoria de Assistência ao Índio (DAI) foi a Manguueirinha, juntamente com um assessor do Tribunal Federal de Recursos. Os dois se reuniram com os caciques. Após o encontro, os líderes tomaram algumas decisões. Dia 8, liberaram a PR-281 e desocuparam a Gleba B, de 8.976 hectares, em litígio com a Slaviero. Dia 11, encontraram-se com representantes da Eletrosul para discutir sobre a indenização dos 150 hectares alagados. Dia 13, aceitaram o seguinte acordo, quanto a todas as indenizações exigidas: Cr\$ 830 milhões serão pagos pela Eletrosul e Cr\$ 65 milhões pelo DER (responsável pela PR-281). O prazo para o pagamento é de trinta dias. Fica pendente a quantia a ser paga pelo corte que o DNER provocou na reserva, com a BR-373. Quanto à questão da Slaviero, concordam em aguardar a decisão do Tribunal Federal de Recursos, que será acelerada. Mas os índios não aceitam a volta das sete famílias e exigem que a maior reserva de araucária do Brasil, com 100 mil pinheiros, existentes nos 8.976 hectares ilegalmente ocupados pela Slaviero, seja preservada até que o caso seja solucionado.

As terras de Manguueirinha roubadas do Kaingang e Guarani são vitais para esses dois povos em franco crescimento. Eles



Mais de três mil Kaingang e Guarani participaram da peleja, no sudoeste do Paraná

lutam por sua reconquista, não só porque essas terras são imemorialmente deles, mas porque constituem a única garantia de sobrevivência para os dois povos. Esta luta vem custando ameaças constantes e já registra duas vítimas: o líder Guarani "Paraguaio" (Norberto Gabriel Poty) e o cacique Kaingang Ângelo Kretã, assassinado em janeiro de 1980 (*ver PORANTIM n.ºs 16 e 71/72*).

Todos os índios que foram até Manguueirinha, ajudar os irmãos que lá vivem, regressaram a suas áreas. Mas, decidiram que, se necessário, voltarão àquela reserva

do sudoeste paranaense ou irão a qualquer outra área de conflito no Sul do País para defender seus direitos.

O recado fica dado: a peleja não acabará até que todos sejam vitoriosos. Um grupo de Kaingang e Guarani de Manguueirinha continua ocupando a área em litígio, apesar das ameaças do Tribunal Federal de Recursos. Deram prazo, ao TFR, até 30 de agosto próximo, para julgar o caso. Se isso não acontecer, vão fechar, da próxima vez, duas pistas: a PR-281 e a BR-373. Por isso, continuaram se mobilizando e garantem que, se necessário, vão reunir ali na reserva mais de 5 mil índios.

Uma história de espoliação e a teimosia de uma luta

Em 1949, os Kaingang e Guarani de Manguueirinha, no sudoeste do Paraná, foram expropriados em 8.976 hectares de sua área. Estas terras haviam sido adquiridas pelos índios como pagamento por serviços prestados ao governo imperial, no século XIX. Com o passar dos anos, a área indígena foi sistematicamente invadida por fazendeiros, madeireiros e por frentes colonizadoras. No início deste século, o governo estadual reconheceu, pelo decreto nº 64/1903, uma área de 17.780 hectares como propriedade kaingang. Este espaço físico já se apresentava bastante reduzido em relação ao que fora obtido pelos índios no século anterior.

A 11 de maio de 1949, foi celebrado um acordo entre o Ministério da Agricultura e o governador Moisés Lupion, que tirou 90 mil alqueires de seis áreas indígenas no Paraná. Com esse roubo, os índios dessas reservas ficaram somente com um terço de suas terras. As terras expropriadas passaram à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que visava colocar ali imigrantes.

Na reserva de Manguueirinha, os Kaingang foram privados da Gleba B da Colônia K de Chopinzinho. Isso equivalia a 8.976 hectares das melhores terras, que haviam sido reconhecidas pelo governo estadual em 1903. Com a subdivisão, restaram aos índios 7.500 hectares; 3.300 (Gleba A) para os Guarani e 4.100 (Gleba C) para os Kaingang. A Gleba B, roubada dos índios, foi, de maneira fraudulenta, comprada do governo em 1961, pelo grupo econômico Forte-Khoury, representado por seu testa-de-ferro Ayrton Costa Loyola, então advogado da Assembléia Legislativa do Paraná. Na época, Libino dos Santos Pacheco, que tinha estreitas ligações com Moisés Lupion, presidia a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Adquirida por Cr\$ 3 milhões, a Gleba B foi revendida, um mês depois, por Cr\$ 58 milhões à F. Slaviero & Filhos S/A - Indústria e Comércio de Madeiras.

Redemarcada em função da venda, a Gleba B passou a ser ocupada pelo Grupo Slaviero. Os índios que lá viviam foram forçados a deixá-la, tendo suas casas incendiadas e plantações destruídas. Os relutantes foram retirados dali com muita violência. A partir desse instante, os Kaingang iniciam a luta pela reconquista das terras roubadas, apesar do controle do SPI e, posteriormente, da Funai.

Alguns anos depois da aquisição das terras em questão, Carlos Germán e outros requerem ação de interdito proibitório contra F. Slaviero, reclamando direitos sobre a Gleba B da Colônia K, de Chopinzinho. A Funai, atendendo a interesses nitidamente empresariais, decidiu colocar a questão na Justiça, em 1974, argumentando serem aquelas terras do domínio da União, com a posse e usufruto dos dois povos indígenas. O Inca e a Procuradoria da República posicionaram-se contra a arguição, aceitando como válido o acordo inconstitucional de 1949. O juiz Lício Bley Vieira, da 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, deu ganho de causa à Slaviero, em 1979. Pressionada pelos índios, a Funai recorreu e, atualmente, o processo se encontra no Tribunal Federal de Recursos, onde brevemente será julgado.